



*Santa Casa da Misericórdia de Águeda*

# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA**



## **Demonstrações Financeiras**

### **2016**



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3-9	2.468.854,88	2.358.692,95
Subsídios, doações e legados à exploração	3-10	1.337.405,92	1.258.480,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3-8	(501.609,35)	(435.500,48)
Fornecimentos e serviços externos	13.11	(1.017.691,15)	(1.045.207,16)
Gastos com o pessoal	3-11	(2.194.056,41)	(1.981.769,67)
Aumentos/reduções de justo valor	3-5	(123,43)	164,02
Outros rendimentos	13.12	185.439,90	191.674,41
Outros gastos	13.13	(14.580,02)	(26.944,34)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>263.640,34</b>	<b>319.590,43</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3-5-6	(415.300,03)	(397.549,12)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(151.659,69)</b>	<b>(77.958,69)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(151.659,69)</b>	<b>(77.958,69)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			(315,30)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(151.659,69)</b>	<b>(78.273,99)</b>

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 15 de Março 2017

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Unidade Monetária Euros

Rubricas		Códigos		Unidade Monetária Euros	
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis		3-5	10.707.416,16	10.998.895,53	
Ativos intangíveis		3-6	1.707,54	997,69	
Investimentos financeiros			5.097,34	1.960,45	
		<b>Subtotal</b>	<b>10.714.221,04</b>	<b>11.001.853,67</b>	
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários		3-8	17.034,90	20.456,88	
Créditos a receber		3-13.3	413.071,45	397.474,96	
Estado e outros Entes Públicos		13.9	31.362,91	28.624,27	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros		3-13.1	15.778,26	12.751,26	
Diferimentos		3-13.4	17.863,58	21.983,36	
Outros Ativos Correntes		3-13.5	3.411,77	3.535,20	
Caixa e depósitos bancários		3-13.6	489.603,72	325.539,91	
		<b>Subtotal</b>	<b>988.126,59</b>	<b>810.365,84</b>	
<b>Total do Ativo</b>			<b>11.702.347,63</b>	<b>11.812.219,51</b>	
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>					
<b>Fundos patrimoniais</b>					
Fundos		13.7	172.746,49	172.746,49	
Resultados transitados		13.7	4.813.788,44	4.815.558,16	
Excedentes de revalorização		13.7	5.010.943,40	5.087.447,67	
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		13.7	1.269.465,66	1.193.827,22	
			(151.659,69)	(78.273,99)	
<b>Resultado Líquido do período</b>					
<b>Total do fundos patrimoniais</b>			<b>11.115.284,30</b>	<b>11.191.305,55</b>	
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
		<b>Subtotal</b>	-	-	
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores		3-13.8	73.591,81	91.110,58	
Estado e outros Entes Públicos		12-13.9	57.639,17	69.023,99	
Diferimentos		3-13.4	35.413,19	6.108,02	
Outros passivos correntes		3-13.10	420.419,16	454.671,37	
		<b>Subtotal</b>	<b>587.063,33</b>	<b>620.913,96</b>	
<b>Total do passivo</b>			<b>587.063,33</b>	<b>620.913,96</b>	
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>			<b>11.702.347,63</b>	<b>11.812.219,51</b>	

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 16 de Março 2017

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Unidade Monetária: Euros

MISERICÓRDIA			
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		2.471.590,65	2.361.980,83
Pagamento a fornecedores		(1.521.249,87)	(1.465.802,89)
Pagamentos ao pessoal		(2.160.112,33)	(1.949.880,08)
	<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(1.209.771,55)</b>	<b>(1.053.702,14)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		1.188.304,61	877.626,67
	<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>(21.466,94)</b>	<b>(176.075,47)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de Investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(148.563,81)	(157.397,39)
Ativos intangíveis		(1.660,50)	(1.330,25)
Investimentos financeiros		(3.136,89)	(1.346,70)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros Ativos		109.605,36	157.758,52
Subsídios ao investimento		124.783,73	
Juros e rendimentos similares		496,20	972,50
Dividendos		319,02	221,92
	<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)</b>	<b>81.843,11</b>	<b>(1.121,40)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		103.687,64	161.294,01
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
	<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)</b>	<b>103.687,64</b>	<b>161.294,01</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>164.063,81</b>	<b>(15.902,86)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3-13.6	325.539,91	341.442,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3-13.6	489.603,72	325.539,91

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 16 de Março 2017

O Contabilista Certificado n.º 33583

*[Handwritten signature]*

A Mesa Administrativa  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	Nota	Aumentos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores de entidade-mãe					Totais dos Fundos Patrimoniais
		Fundos Patrimoniais	Resultados Financeiros Avaliados	Outros Aumentos/Outras Alterações Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Resultados Financeiros Avaliados	
<b>1</b>	<b>13.7</b>	172.746,49	4.687.570,58	5.218.451,94	1.158.803,60	(3.016,69)	11.234.555,92
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Alterações de políticas contabilísticas							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			127.987,58	(131.004,27)	35.023,62	3.016,69	35.023,62
<b>2</b>			127.987,58	(131.004,27)	35.023,62	3.016,69	35.023,62
<b>3</b>						(78.273,99)	(78.273,99)
<b>4=2+3</b>						(75.257,30)	(43.250,37)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
<b>5</b>							
<b>6=1+2+3+4</b>	<b>13.7</b>	172.746,49	4.815.558,16	5.087.447,67	1.193.827,22	(78.273,99)	11.191.305,55
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015</b>							11.191.305,55

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 16 de Março 2017  
O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa  
  
 Manuel Pereira  
 Presidente



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Institutos de Residência, mas						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo	Resultado Operacional	Ativos não financeiros	Ativos financeiros	Reservado	Total	
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	6	172.746,49	4.815.558,16	5.087.447,67	1.193.827,22	(78.273,99)	1.191.305,55	11.191.305,55
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(1.769,72)	(76.504,27)	75.638,44	78.273,99	75.638,44	75.638,44
	7		(1.769,72)	(76.504,27)	75.638,44	78.273,99	75.638,44	75.638,44
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8							
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8							
								(151.659,69)
								(76.021,25)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	10							
<b>POSICÃO NO FIM DO ANO 2016</b>	6+7+8+10	172.746,49	4.813.788,44	5.010.943,40	1.269.465,66	(151.659,69)	11.115.284,30	11.115.284,30

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 16 de Março 2017  
O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa

Luís António Pereira

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA, também denominada abreviadamente por Santa Casa da Misericórdia de Águeda é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Instituída em 12 de novembro 1859, constituída na ordem jurídica e sujeita ao Ordinário Diocesano, Registada a título definitivo na Direção-Geral de Segurança Social, da Família e da Criança, desde 06/01/1983, no livro das Irmandades, sob o nº 2/83, a folhas 89 e 89 v., em conformidade com o disposto no nº2 do art.º 7 dos Estatutos das IPSS regulamentado pela Portaria nº778/83 de 23 de Julho (nº2 do art.º 9), a quem foi reconhecida, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro, o Estatuto de Instituição de Utilidade Pública, NIPC nº PT 500 766 789. Isenta de IRC (Desp Conj. D.R. III Série nº 288 de 14 de dezembro de 2001) Lei do Mecenato.

Tem sede social em Rua da Misericórdia, nº 219, 3750 – 130 Águeda, e como objectivos genéricos a prossecução de actividades de solidariedade social, de harmonia com os princípios da doutrina e moral cristãs; e também a prática de actos de culto católico, bem como a assistência espiritual aos seus membros e integrantes das suas obras sociais.

Os seus fins específicos são: a sustentação das obras e serviços que tem constituído e que venha a constituir; a cooperação com outras entidades, públicas ou privadas, em obras ou serviços que não repugnem aos objectivos genéricos; a criação e dinamização de obras ou serviços que vierem a ser julgados necessários, de índole assistencial, educacional, cultural e recreativa; a realização entre outros, dos actos do culto e assistência espiritual, estatutariamente previstos. Expressamente se consigna que, além destes fins, pode a Misericórdia de Águeda vir a actuar nos sectores da saúde e assistência, podendo ainda, na administração do seu património, exercer a indústria, o comércio e os serviços, exclusivamente dela decorrentes e que forem permitidos por lei.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1. Bases de Apresentação

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º

98/2015, de 2 de Junho, que transpõe a Directiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26.06.2013. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Anexo 16 à Portaria n.º 220/2015 de 27 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho
- Portaria n.º 220/2015, de 24/7)
- Aviso n.º 8259/2015, publicado no DR. 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015

A adoção da NCRFESNL ocorreu pela primeira vez em 2012

## 2.2. Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Exercício anterior.

Em 2015, em meado do ano, deu-se início à atividade CAL – Centro de Atividade e Lazer, sendo que essa atividade decorreu durante todo o ano de 2016.

Em 2016, foi iniciado em Julho, a valência Rede Local de Intervenção Social (RLIS), a qual absorveu gastos no valor de 66.644,92 euros, tendo os mesmo sido subsidiados a 100% pelo POISE – Programa Operacional Inclusão Social E Emprego.

As propriedades de investimento foram reclassificadas para Ativos Fixos Tangíveis (AFT), tendo passado a ser depreciados. O valor das depreciações geradas em 2016 sobre as anteriores propriedades de investimento somou 34.260,00 euros. Os AFT passaram a incluir 1.327.000 euros de terrenos e 2.247.000 euros de edifícios, que no ano anterior se encontravam evidenciados em propriedades de investimento.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



**3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 13.10) e "Diferimentos" (Nota 13.4)

**3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Contudo, os edifícios, classificados como ativos fixos tangíveis foram revalorizados a 31.12.2012, encontrando-se, por conseguinte, reconhecidos ao custo revalorizado.

Até 31.12.2015, as propriedades de investimento, que incluíam unicamente terrenos, edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital e que não se destinavam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços, encontravam-se valorizados ao justo valor, tendo a última avaliação sido efetuada naquela data. Com a alteração do Normativo contabilístico, as propriedades de investimento foram reclassificadas para Ativos Fixos tangíveis.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	4 a 20 anos
Equipamento básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	4 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os edifícios, classificados como ativos fixos tangíveis que foram revalorizados a 31.12.2012 e em 31.12.2015, terão de ser reavaliados, sempre que ocorra uma variação material entre o justo valor e o valor escriturado, ou, entre 3 a 5 anos após a última revalorização.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3 a 5 anos
Programas de Computador	3 a 5 anos

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

✓  
FD  
PC5  
[Handwritten signatures and initials]

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outros passivos correntes*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.6. Provisões, passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Não existem quaisquer compromissos contratuais por reconhecer ou divulgar.

### 3.2.7. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -

*geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Ativos Fixos Tangíveis**

##### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a checkmark, the word "Fiscal", and several illegible signatures.



	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	1.327.100,00				1.327.100,00
Edifícios e outras construções	10.340.567,77	1.033,20		115.247,50	10.456.848,47
Equipamento básico	1.171.263,37	32.545,51	(528,83)		1.203.280,05
Equipamento de transporte	250.918,62	15.516,93			266.435,55
Equipamento administrativo	199.067,34	5.844,05			204.911,39
Outros Ativos fixos tangíveis	46.138,60	5.053,08			51.191,68
ATF em curso	99.736,76	63.229,87		(115.247,50)	47.719,13
<b>Total</b>	<b>13.434.792,46</b>	<b>123.222,64</b>	<b>(528,83)</b>	<b>-</b>	<b>13.557.486,27</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	905.318,94	349.611,50			1.254.930,44
Equipamento básico	1.080.076,10	41.779,93	(176,20)		1.121.679,83
Equipamento de transporte	237.521,91	10.611,47			248.133,38
Equipamento administrativo	188.051,05	6.445,58			194.496,63
Outros Ativos fixos tangíveis	24.928,93	5.900,90			30.829,83
<b>Total</b>	<b>2.435.896,93</b>	<b>414.349,38</b>	<b>(176,20)</b>	<b>-</b>	<b>2.850.070,11</b>

As propriedades de investimento foram reclassificadas para Ativos Fixos Tangíveis (AFT), tendo passado a ser depreciados. O valor das depreciações geradas em 2016 sobre as anteriores propriedades de investimento somou 34.260,00 euros. Os AFT passaram a incluir 1.327.000 euros de terrenos e 2.247.000 euros de edifícios, que no ano anterior se encontravam evidenciados em propriedades de investimento.

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Gasto</b>			
Projetos de Desenvolvimento	25.462,47		25.462,47
Programas de Computador	31.522,90	1.660,50	33.183,40
<b>Total</b>	<b>56.985,37</b>	<b>1.660,50</b>	<b>58.645,87</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Projetos de Desenvolvimento	25.462,47		25.462,47
Programas de Computador	30.525,21	950,65	31.475,86
<b>Total</b>	<b>55.987,68</b>	<b>950,65</b>	<b>56.938,33</b>

## 7. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se reconhecidos ao custo histórico, e dizem respeito às entregas realizadas e acumuladas para o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Investimentos financeiros" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos financeiros	5.097,34	1.960,45
Fundo Compensação do trabalhador	5.097,34	1.960,45
<b>Total</b>	<b>5.097,34</b>	<b>1.960,45</b>

## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsid e de consumo	19.918,93	436.038,43	-	20.456,88
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>19.918,93</b>	<b>436.038,43</b>	<b>-</b>	<b>20.456,88</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	435.500,48
--	------------

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 01-Dez-2016
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20.456,88	498.187,37	-	17.034,90
Produtos Acabados e intermedios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.456,88</b>	<b>498.187,37</b>	<b>-</b>	<b>17.034,90</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	501.609,35
--	------------

## 9. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	2.468.854,88	2.358.692,95
Quotas dos utilizadores	2.398.921,00	2.312.539,37
Quotas e Joias	11.047,50	10.439,50
Outras prestações de serviços	58.886,38	35.714,08
Juros	815,22	1.194,42
<b>Total</b>	<b>2.469.670,10</b>	<b>2.359.887,37</b>

## 10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	1.062.855,36	1.036.570,17
Centro Regional de Segurança Social	1.062.855,36	1.036.570,17
<b>Total</b>	<b>1.062.855,36</b>	<b>1.036.570,17</b>

Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades	170.862,92	60.616,52
Doações	103.687,64	161.294,01
<b>Total</b>	<b>274.550,56</b>	<b>221.910,53</b>

## 11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente:

Órgão	2016	2015
Assembleia-geral	6	6
Mesa Administrativa	10	10
Conselho Fiscal	6	6

Os órgãos sociais em funções para o mandato 2015 a 2018, são compostos pelos seguintes membros:

<b>MESA ADMINISTRATIVA</b>		Cargo
António José Mota Rodrigues		Provedor
Jorge Castro Madeira (Dr.)		Vice-Provedor
Albano José Carvalho e Melo		Secretário
Fernando dos Anjos Dias		Tesoureiro
Maria Alice Pereira Rodrigues Silva (Prof.)		Vogal
Regina Almeida de O. e Silva P.Tavares (Dr.ª)		Vogal
Antero Albano Ferreira Dias		Vogal
Joana Patricia de Oliveira Santos (Dr.ª)		Vogal Supl.
José Lito Pereira Martins (Eng.)		Vogal Supl.
Gil Manuel da Costa Abrantes (Arq.º)		Vogal Supl.

<b>CONSELHO FISCAL</b>		Cargo
<b>CONSELHO FISCAL</b>		
Carlos Albano Almeida Abrantes (Dr.)		Presidente
Osória das Dores Brito e Veiga Estima Miranda (Dra.)		Vogal
Helena Paula Jesus Seabra de Almeida (Dra.)		Vogal
Arsénio Pereira Braga (Eng.)		Pres.Suplente
Eunice Pereira S. Rodrigues Neto		Vogal Supl.
José Armando Pires Roque (Eng.)		Vogal Supl.

<b>ASSEMBLEIA GERAL</b>		Cargo
Amorim Rosa Figueiredo (Dr.)		Presidente
Wilson de José Oliveira Dias Gaio (Dr.)		Secretário
António Manuel Rés Rodrigues Silva		Secretário
Graciete Oliveira das Neves		Pres.Suplente
António Correia Abrantes		Sec.Suplente
Maria Luisa Grácio Bexiga Nunes Roque		Sec.Suplente

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de "168" e em 31/12/2015 foi de "154".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao Pessoal	1.782.551,00	1.614.245,93
Indemnizações	4.354,81	4.721,47
Encargos sobre as Remunerações	367.895,19	323.129,00
Seguros de Acid no Trabalho e Doenças Profissionais	12.481,90	12.952,97
Outros Gastos com o Pessoal	26.773,51	26.720,30
<b>Total</b>	<b>2.194.056,41</b>	<b>1.981.769,67</b>

Em 2016 contamos com uma bolsa de 33 colaboradores voluntários.

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016, foram de 6.150,00 € (IVA incluído), dizendo os mesmos respeito unicamente aos trabalhos com a revisão de contas.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Quotas	15.778,26	12.751,26
<b>Total</b>	<b>15.778,26</b>	<b>12.751,26</b>

**13.2. Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>234.076,55</b>	<b>252.327,40</b>
Clientes	204.879,26	219.465,79
Utentes	29.197,29	32.861,61
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>8.976,42</b>	<b>8.976,42</b>
Clientes	5.962,00	5.962,00
Utentes	3.014,42	3.014,42
<b>Total</b>	<b>243.052,97</b>	<b>261.303,82</b>

**Perdas por imparidade do período**

Descrição	2016	2015
Clientes		(5.962,00)
Utentes		(3.014,42)
<b>Total</b>		<b>(8.976,42)</b>

**13.3. Créditos a Receber**

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes	243.052,97	252.327,40
Adiantamentos ao pessoal	1.346,56	1.521,86
Adiantamentos a Fornecedores	448,64	308,95
Devedores por acréscimos de rendimentos	166.382,03	131.367,25
Outros Devedores	1.841,25	11.949,50
<b>Total</b>	<b>413.071,45</b>	<b>397.474,96</b>

**13.4. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Stock produtos limpeza	9.582,73	13.014,21
Seguros	8.280,85	8.969,15
Outros gastos a reconhecer		
<b>Total</b>	<b>17.863,58</b>	<b>21.983,36</b>

Descrição	2016	2015
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
subsídios à exploração	35.413,19	1.087,04
Outros rendimentos a reconhecer		5.020,98
<b>Total</b>	<b>35.413,19</b>	<b>6.108,02</b>

### 13.5. Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Acções ao justo valor	1.069,75	1.055,29
Dívida pública ao justo valor	2.342,02	2.479,91
<b>Total</b>	<b>3.411,77</b>	<b>3.535,20</b>

### 13.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	3.295,10	3.111,62
Depósitos à ordem	486.308,62	322.428,29
<b>Total</b>	<b>489.603,72</b>	<b>325.539,91</b>

### 13.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	172.746,49			172.746,49
Resultados transitados	4.815.558,16		1.769,72	4.813.788,44
Excedentes de revalorização	5.087.447,67		76.504,27	5.010.943,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.193.827,22	75.638,44		1.269.465,66
<b>Total</b>	<b>11.269.579,54</b>	<b>75.638,44</b>	<b>78.273,99</b>	<b>11.266.943,99</b>

**13.8. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	73.591,81	91.110,58
Fornecedores títulos a pagar	-	-
<b>Total</b>	<b>73.591,81</b>	<b>91.110,58</b>

**13.9. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	30.469,72	28.624,27
Imposto sobre o Rend das Pessoas Singulares (IRS)	893,19	-
<b>Total</b>	<b>31.362,91</b>	<b>28.624,27</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		315,30
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.714,58	21.681,97
Imposto sobre o Rend das Pessoas Singulares (IRS)	10.646,00	10.923,01
Segurança Social	42.909,17	35.922,61
Outros Impostos e Taxas	369,42	181,10
<b>Total</b>	<b>57.639,17</b>	<b>69.023,99</b>

**13.10. Outros Passivos Correntes**

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		69,57		97,83
<i>Outras operações</i>		69,57		97,83
Adiantamento de clientes		4.817,73		3.066,86
Fornecedores de Investimentos		10.224,19		35.741,56
Credores por acréscimos de gastos		278.311,37		265.286,31
Outros credores		126.996,30		150.478,81
<b>Total</b>		<b>420.419,16</b>		<b>454.671,37</b>

**13.11. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a checkmark, the name 'F. J. A.', and a signature.



Descrição	2016	2015
Subcontratos	558,09	515,16
Serviços especializados	565.542,36	586.067,50
Materiais	42.250,49	46.090,35
Energia e fluidos	155.388,80	156.035,44
Deslocações, estadas e transportes	3.357,86	5.837,76
Serviços diversos (*)	250.593,55	250.660,95
Limpeza, higiene e conforto	200.703,76	198.752,37
Seguros	18.470,96	16.265,51
Comunicação	10.272,39	9.981,30
<b>Total</b>	<b>1.017.691,15</b>	<b>1.045.207,16</b>

(\*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

### 13.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	10.456,59	3.287,88
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.573,40	3.431,52
Rend e ganhos em investimentos não financeiros	109.781,56	114.433,81
Outros rendimentos	60.813,13	69.326,78
Juros de Depósitos à Ordem	815,22	1.194,42
<b>Total</b>	<b>185.439,90</b>	<b>191.674,41</b>

### 13.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	2.710,53	7.098,32
Gastos e perdas investimentos não financeiros		10.000,00
Outros Gastos	11.869,49	9.846,02
<b>Total</b>	<b>14.580,02</b>	<b>26.944,34</b>

### 13.14. Acontecimentos após data de Balanço





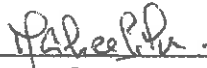
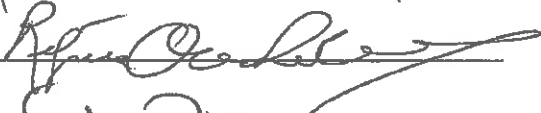

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram autorizadas pela Mesa em 16 de Março de 2017. Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Águeda, 16 de Março de 2017

O Contabilista Certificado n.º 33583

João Luís Morcela Rodrigues dos Reis (Dr.)



MESA ADMINISTRATIVA	Cargo e assinatura
António José Mota Rodrigues	Provedor 
Jorge Castro Madeira (Dr.)	Vice-Provedor 
Albano José Carvalho e Melo	Secretário 
Fernando dos Anjos Dias	Tesoureiro 
Maria Alice Pereira Rodrigues Silva (Prof.)	Vogal 
Regina Almeida de O. e Silva P.Tavares (Dr.ª)	Vogal 
Antero Albano Ferreira Dias	Vogal 
Joana Patricia de Oliveira Santos (Dr.ª)	Vogal Supl.
José Lito Pereira Martins (Eng.)	Vogal Supl.
Gil Manuel da Costa Abrantes (Arq.º)	Vogal Supl.



SANTA CASA da MISERICÓRDIA de ÁGUEDA

Página 1 de 5

Rua da Misericórdia

3750 - 130 ÁGUEDA

Telefone: 234 690 351

Fax: 234 601 630

### Declaração do órgão de Gestão

Ex<sup>mos</sup>. Senhores:

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.

Ao cuidado de Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Águeda, 16 de Março de 2017

Ex<sup>mos</sup>. Senhores:

Os nossos cumprimentos.

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do seu exame às demonstrações financeiras individuais da Santa Casa da Misericórdia de Águeda, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, (que evidencia um total de 11 702 347,63 euros e um total de fundos patrimoniais de 11 115 284,30 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 151 659,69 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data e o correspondente Anexo, conducentes à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é de nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade naquela data, o resultado das operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no ano findo naquela data, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

As principais políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras encontram-se devidamente divulgados no Anexo, estando cada componente das mesmas adequadamente classificado, descrito e divulgado, de acordo com a NCRF-ESNL.

Como membros do Órgão de Gestão, acreditamos que o sistema de controlo interno implementado na Santa Casa da Misericórdia de Águeda é adequado à mesma e permite a preparação de demonstrações financeiras fiáveis.



# SANTA CASA da MISERICÓRDIA de ÁGUEDA

Página 2 de 5

**Rua da Misericórdia**  
**3750 - 130 ÁGUEDA**

Telefone: 234 690 351

Fax: 234 601 630

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respectivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as actas de todas as reuniões dos órgãos sociais e comissões.
2. Os efeitos de distorções por corrigir são imateriais, não só individualmente como em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo.
3. Consequentemente, as demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
4. Foram-vos comunicadas as conclusões da nossa própria avaliação do risco de as demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes decorrentes de situações de fraude. Em nosso entender esse risco é reduzido.
5. Todas as operações e condicionamentos respeitantes aos fundos patrimoniais estão adequadamente registados e divulgados.
6. Estão registados todos os ativos de que a entidade é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
7. As contas a receber evidenciadas no balanço, representam créditos válidos sobre clientes/utentes e outros devedores por prestações de serviços realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes dessa data. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano. O saldo das perdas por imparidade de dívidas a receber, foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.
8. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de investimentos, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores ou dos hábitos dos clientes/utentes, e as que existem, foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
9. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.



N.º do certificado: 2011/CEP.4008



# SANTA CASA da MISERICÓRDIA de ÁGUEDA

Página 3 de 5

Rua da Misericórdia

3750 - 130 ÁGUEDA

Telefone: 234 690 351

Fax: 234 601 630

10. Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados, ações judiciais pendentes ou impugnações fiscais de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias, para além das situações que já constam do vosso processo de circularizações ao advogado.
11. A Santa Casa da Misericórdia de Águeda cumpriu as obrigações decorrentes de contratos e de disposições legais/regulamentares e não houve incumprimento com os requisitos de entidades reguladoras, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
12. Todas as transacções realizadas se encontram devidamente registadas, nomeadamente as relacionadas com prestação de serviços, despesas com o pessoal e com outros colaboradores da empresa.
13. Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
14. A entidade não detém qualquer conta bancária além das evidenciadas no balancete final do exercício.
15. Foi-vos proporcionado obter informação de todas as pessoas da entidade que consideraram relevantes para obter evidência de auditoria.
16. Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
17. Não temos projectos ou intenções de encerrar ou alienar valências, nem planos de abandonar ou reduzir actividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor dos inventários, nem perdas de valor dos investimentos.
18. Não existem despesas que devessem ser escrituradas como confidenciais.
19. Não temos conhecimento de quaisquer transgressões às disposições legais, estatutárias e de natureza legal ou de outras irregularidades, nomeadamente de fraudes, suspeições ou outras alegações de fraude envolvendo os directores ou empregados, que devam ser mencionadas nas demonstrações financeiras, por terem efeitos relevante nas mesmas, nomeadamente através de provisões.
20. Não temos conhecimento de quaisquer passivos ou contingências materialmente relevantes provenientes de matérias ambientais, incluindo as resultantes de actos ilegais ou possivelmente



- ilegais. Também, não temos conhecimento de matérias ambientais que possam ter como consequência uma imparidade de activos materialmente relevante.
21. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
  22. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações. Também confirmamos que revimos cuidadosamente o risco de liquidez e consideramos adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez no prazo mínimo de um ano.
  23. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras, não tendo sido praticados ou omitidos quaisquer factos, realizadas operações ou assumidos compromissos, afectando ou não o património da entidade, que não tenham sido transmitido aos serviços competentes para o devido registo contabilístico ou de outra natureza.
  24. Os inventários evidenciados no balanço estão valorizados pelo menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do ano anterior na sua valorização. As quantidades finais foram determinadas a partir dos registos de inventário, os quais foram corrigidos com base em contagens físicas realizadas por pessoal qualificado. Todas as contas a pagar relativas aos bens incluídos nos inventários estão registadas, tendo todas as quantidades faturadas aos clientes/utentes até ao final do exercício sido excluídas de tais inventários.
  25. Nenhuma situação ou transacção ocorreram subsequentemente à data do balanço para as quais seja necessário introduzir ajustamentos nas demonstrações financeiras ou divulgações dos factos nas notas explicativas.
  26. Todos os passivos e contingências, incluindo os associados a garantias, escritas ou verbais, foram adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras, não tendo conhecimento de violações ou possíveis violações que devam ser divulgadas como outras perdas contingentes, nem quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
  27. A Santa Casa da Misericórdia de Águeda não assumiu quaisquer compromissos ou obrigações contratuais que não estejam relacionados com o curso normal da atividade e que possam ter um efeito negativo para a entidade (compras ou vendas abaixo de preços de mercado; compromissos para aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos; compromissos relativos a taxas de câmbio; créditos documentários; compromissos de compras de quantidades excessivas face ao normal ou a preços mais elevados face às condições normais de mercado; incapacidade de satisfazer as



# SANTA CASA da MISERICÓRDIA de ÁGUEDA

Página 5 de 5

**Rua da Misericórdia**

**3750 - 130 ÁGUEDA**

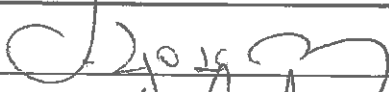



Telefone: 234 690 351

Fax: 234 601 630

vendas/serviços contratadas; acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço; outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade).

28. Estão a ser cumpridas as leis, regulamentos e demais condicionamentos aplicáveis à entidade e ao sector. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas e divulgadas, não existindo dívidas ao Estado nem à Segurança Social em situação de mora. O valor dos impostos a pagar e/ou recuperar no futuro foram calculados utilizando as melhores estimativas possíveis, baseadas na informação disponível. Todas as notificações judiciais para retenção do valor de créditos sobre terceiros foram comunicadas aos serviços e são integralmente cumpridas.
29. Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
30. Confirmamos que as demonstrações financeiras do ano findo em 31-12-2016, foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 15-03-2017.
31. O Revisor Oficial de Contas desempenhou cabalmente as missões de fiscalização inerentes à sua função, nomeadamente, para efeito do que se acha consagrado na última parte do n.º 2 do artigo 24.º da Lei Geral Tributária.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos, De V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup>. Atentamente

MESA ADMINISTRATIVA	Cargo e assinatura
António José Mota Rodrigues	Provedor 
Jorge Castro Madeira (Dr.)	Vice-Provedor 
Albano José Carvalho e Melo	Secretário 
O Contabilista Certificado	 João Luís Morcela Rodrigues dos Reis (Dr)

